

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS) – Nº 137/19

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de suas atribuições, com base no Artigo 38º, §1º da Lei Complementar Nº 082/2010 e Art. 5º, § 1º, I e § 2º da Deliberação Normativa nº 22 de 15 de maio de 2018 do Conselho Municipal de Contagem - COMAC, concede ao empreendimento **AKAI-LOCADORA DE CAÇAMBAS LTDA**, CNPJ: Nº 02.493.473/0001-01, localizado na rua Jovita Menezes, nº 30, bairro Xangri-lá, Contagem, Minas Gerais, por meio do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**, para exercer a(s) atividade(s) de aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; coleta de resíduos não perigosos, enquadradas na Lei Complementar nº 082, de 11 de janeiro de 2010 sob os códigos nº 77.32-2-01/00; 38.11-4-00/00 respectivamente, conforme Processo Administrativo Nº 18006/2018-03A, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Validade da Licença: 10 anos, com vencimento em 14/02/2029.

Contagem, 15 de Fevereiro de 2019


Wagner Donato Rodrigues

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- ☒ **CONDICIONANTES GERAIS**
☐ **CONDICIONANTES ESPECÍFICAS**

CONDICIONANTES GERAIS DE VALIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL

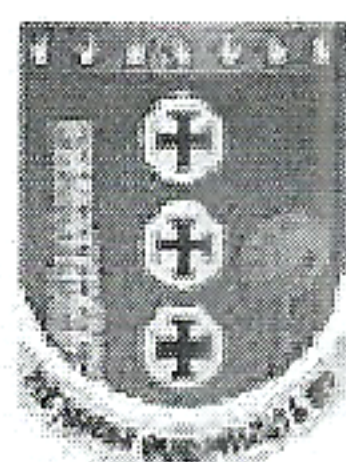
- 01 - Deverá o empreendedor possuir e em funcionamento de forma eficiente o sistema de prevenção e combate a incêndios e situações de risco, sistema de controle e emissão de ruídos e sistema de controle de poluição atmosférica em caso de licenciamento cuja fase seja de operação. Em caso de empreendimento em fase de implantação deverá o empreendedor assegurar-se e planejar a implantação de tais sistemas de forma eficaz para o funcionamento quando de sua operação.
- 02 - Deverá manter-se atualizado junto ao Cadastro Técnico Federal quando exercerem atividades sujeitas a este, devendo estar disponível na empresa o respectivo Certificado.
- 03 - Não possuir em seu empreendimento e/ou estão situados, no todo ou em parte sobre a Área de Preservação Permanente (APP), definidos no art. 4º da lei 12.651 de 25 de Maio de 2012 (Código Florestal), excetado os casos de uso antrópico consolidado regularmente reconhecidos pelo órgão ambiental.
- 04 - Dispor de maneira legalmente conforme os efluentes e resíduos Relatório mensal de controle de resíduos gerados conforme modelo anexo, a ser mantido no empreendimento para fiscalização;
- 05 - Manter no empreendimento o comprovante de regularização junto ao Corpo de Bombeiros - (AVCB- Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros) ou termo de dispensa;
- 06 - Manter disponível a Outorga para intervenção em Recursos Hídricos e Documento de Intervenção Ambiental em App, quando intervir em recursos hídricos (sistemas, poços artesanais);
- 07 - Manter disponível a cópia do Alvará de Localização e funcionamento atualizado;
- 08 - Manter disponível o certificado ambiental das empresas - receptoras de resíduos e/ou produtos perigosos;
- 09 - Deverá comunicar ao órgão ambiental sempre que surgir algum problema operacional que implique em não conformidade legal, como por exemplo, a necessidade de intervenção em sistema de tratamento/disposição de efluentes face a uma eventual baixa eficiência do mesmo.
- 10 - Comunicar ao órgão ambiental a ocorrência de acidente que interfira com o meio antrópico, fauna, flora ou com os componentes ambientais ar, água ou solo, tais como: derramamento de insumos ou produtos no solo, transbordamento de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), incêndios, explosões, vazamento de gases, desligamento acidental de sistemas de tratamento de efluentes.
- 11 - Comunicar ao órgão ambiental a constatação de passivo ambiental que porventura tenha sido omitido durante a fase de obtenção da Licença ambiental ou que tenha sido criado na fase pós-licenciamento, apresentando as propostas de solução.
- 12 - Não executar, à revelia do órgão ambiental, ampliação ou modificação passível de novo licenciamento.
- 13 - Caso ocorra o encerramento das atividades do empreendimento no curso da vigência da Licença Ambiental, o empreendedor deverá executar as ações para liberação da área no que se refere ao aspecto ambiental e comunicar o fato ao órgão licenciador, que fará a fiscalização para arquivamento do processo.

A operação do empreendimento em descumprimento destas condicionantes constitui infração ambiental com tipificação em norma própria, sujeitando o infrator nas sanções respectivas, autorizando inclusive, a interdição do estabelecimento empresarial e suspensão desta Licença sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal da pessoa jurídica e seus sócios.

Leonardo Ricardo Torres Lopes
Superintendente de Licenciamento Ambiental

SEMAD

18.966-0



MUNICIPIO DE CONTAGEM/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

TIPO
Renovação

NÚMERO
124698

Validade 06/12/2026	Inscrição Municipal 50257013-0	CNPJ/CPF 02.493.473/0001-01	Processo 15276/2021-03A
------------------------	-----------------------------------	--------------------------------	----------------------------

O presente ALVARÁ é concedido em atendimento ao disposto no Código Tributário Municipal e Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo e terá sua validade condicionada ao cumprimento de normas previstas na legislação complementar, especialmente daquelas que dispõem sobre Posturas, Diretrizes Ambientais, Vigilância Sanitária, Diretrizes Urbanísticas, Diretrizes de Trânsito.

NOME / RAZÃO SOCIAL

AKAI LOCADORA DE CACAMBAS LTDA-ME

NOME FANTASIA

ENDEREÇO

Rua JOVITA M. ALMADA 30
PARQUE XANGRI-LA 1A SECAO

ÁREA UTILIZADA (M2) 427,50	ÍNDICE CADASTRAL DO IMÓVEL 90980215001-0	INÍCIO DE ATIVIDADE 02/05/1998	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO REGIDO PELAS NORMAS INERENTES	REGISTRO JUCEMG 5109154
-------------------------------	---	-----------------------------------	---	----------------------------

Descrição da Atividade Licenciada

Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, excet
Coleta de resíduos não-perigosos

Observação

COND. LICENÇA AMBIENTAL Nº 137/19 - GUARDA DE CAÇAMBAS.

Licenciamento condicionado ao cumprimento das seguintes Diretrizes: Dir.Ambiental Transcon


Este documento não exime do cumprimento das obrigações de implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio conforme Legislação Estadual.

Data de Emissão
18 de Março de 2022

Jessica de Almeida Silva

Responsável pela Emissão

Autoridade Municipal Concedente


LUCIANA MUNIZ MOREIRA SILVA
MAT. 128422
DIRETORA DE ALVARÁ DE LICENÇA
DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ESTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL DE DESTAQUE



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa Akai Locadora de Caçambas Ltda - ME, com endereço na Rua Jovita Menezes Almada, nº30, Bairro Xangrilá, Contagem/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º02.493.473/0001-01, presta para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 17.516.113/0001-47, com sede na rua Rodrigues Caldas, nº 30, bairro Santo Agostinho, os serviços de remoção, transporte e descarte de entulho por meio de caçamba estacionária.

Contrato: CTO/66/2019

Vigência do Contrato: de 13/09/2019 a 13/09/2020

Primeira prorrogação: de 14/09/2020 a 13/09/2021

Segunda prorrogação: de 14/09/2021 até 13/09/2022

Terceira prorrogação: de 14/09/2022 até a presente data

Caçambas fornecidas até janeiro de 2023: 187

Prazo de Validade deste Atestado: 12 meses após a sua assinatura.

Este atestado está em conformidade com o que dispõe o § 2º do artigo 96 da Deliberação da Mesa nº 2598, de 13/10/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Gustavo de Assis Moraes, Gerente Operacional em exercício**, em 03/02/2023, às 15:49, conforme [Deliberação nº 2.710, de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Meinberg Schmidt de Andrade, Gerente-Geral**, em 06/02/2023, às 11:36, conforme [Deliberação nº 2.710, de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Moratori Nunes Coelho, Diretor**, em 06/02/2023, às 15:09, conforme [Deliberação nº 2.710, de 2019](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.almg.gov.br/documento_conferir informando o código verificador **0041335** e o código CRC **ED758A17**.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Gerência-Geral de Suporte Logístico - GSL
Rua Rodrigues Caldas, 30 - - Bairro Santo Agostinho - CEP 30190-921 - Belo Horizonte - MG
- www.almg.gov.br -

000005-5/2022

0041335v2



DADOS GERAIS

Data de Concessão / Renovação: 29/10/2018 **Data de vencimento:** 16/11/2023
Processo: 31.00421892/2022-66
Regional: CENTRO-SUL
Orgão responsável: SUBSECRETARIA DE REGULAÇÃO URBANA

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada no endereço eletrônico: lic.siatu.pbh.gov.br

DADOS DO TITULAR

Titular: AKAI-LOCADORA DE CACAMBAS LTDA
CPF/CNPJ: 02.493.473/0001-01

Endereço da Empresa: JOVITA MENEZES ALMADA,30 - XANGRILA - 32186030 CONTAGEM

DADOS ESPECÍFICOS CAÇAMBA

Número de Caçambas: 30
Numeração inicial das Caçambas: 1
Numeração final das Caçambas: 30
Placas dos Caminhões:
HOA1236 KNM2977

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A renovação da licença deve ser requerida antes do seu vencimento (cfe. art. 8 do Decreto 14060/10).

O período de vigência da licença renovada inicia-se no dia subsequente à data de vencimento da licença anterior (cfe. art. 8 do decreto 14.060/10).

Essa licença perderá sua validade em caso de cancelamento ou vencimento do Alvará de Localização e Funcionamento do local de guarda das caçambas. (cfe. art. 47A e 103 da Lei 8616/03).

Manter distancia mínima de 5 metros da esquina com posicionamento de acordo com legislação (cfe. Art. 105 da Lei 8616/03).

O tempo de permanência máximo é de três dias úteis, exceto no hipercentro cuja colocação, permanência e retirada é das vinte às sete horas nos dias úteis, das quatorze horas de sábado às sete horas da segunda e livre nos feriados (cfe. Arts. 107 e 108 da Lei 8616/03).

As caçambas deverão ter capacidade máxima de 7 metros cúbicos, deverão ser pintadas em cores vivas, deverão ser tarjadas com tinta de alerta nas extremidades e deverão conter identificação do nome do licenciado e do número do DML, do CNPJ e do telefone da empresa nas faces laterais externas (cfe. Art. 104 da Lei 8616/03).

A área utilizada para local de guarda deve ser compatível com o exercício da atividade, sendo vedada a utilização de logradouro público para guarda de caçamba (cfe. art. 103 da Lei 8616/03).

O veículo trafegará com carga rasa, com altura limitada à borda da caçamba, sem qualquer coroamento, e terá seu equipamento de rodagem limpo antes de atingir a via pública (cfe. art. 42 da Lei 10534/12).

O movimento de terra e entulho obedecerá às determinações contidas na Lei 10534/12 que contém o Regulamento de Limpeza Urbana e Lei 10522/12 que aborda resíduos da Construção Civil (cfe. Lei 8616/03 e Lei 10534/12).

A terra e o entulho decorrentes de terraplenagem ou de demolição somente poderão ser levados para bota-fora definido ou autorizado pelo Executivo (cfe. art. 221 da Lei 8616/03).